

Modos de Olhar (e Ouvir) o Outro

KATI ELIANA CAETANO
Universidade Tuiuti do Paraná



Resumo

Este ensaio analisa o caráter cultural de algumas posturas relacionadas aos processos de comunicação estabelecidos entre as comunidades surdas, seja pela utilização da linguagem de gestos, designada "língua de sinais", seja pela tentativa de oralização do português. Por desconhecerem os fundamentos da estrutura e do funcionamento desse sistema de signos, os chamados "ouvintes" apresentam uma percepção do outro, e de suas diferenças, calcada em suas próprias experiências simbólicas, com base nas quais analisam a pertinência e a eficiência das trocas comunicativas evocando categorias lingüísticas que estão presentes no debate tradicional da polêmica especificidade das línguas naturais.

Palavras-chave

alteridade; políticas lingüísticas; linguagem e contextos socioculturais; linguagem, comunicação e surdez.

Résumé

Cet essai analyse le caractère culturel de quelques approches faites à propos des modes de communication utilisés par les communautés de sourds; soit par le langage gestuel ("langue des signes"), soit par la tentative d'oralisation du portugais. Par méconnaissance des fondements de la structure et du fonctionnement de ce système de signes, les dénommés "entendants" présentent une perception de l'autre et de ses différences, calquée sur leur propre expérience symbolique de la réalité, sur la base de laquelle s'analysent les processus communicatifs fondant leur point de vue sur les catégories linguistiques présentes dans le débat traditionnel à propos de la spécificité des langues "naturelles"

Mots clés

altérité; politiques linguistiques; langage et contextes socioculturels; langage, communication et surdité.

Pouco interesse tem despertado aos semióticos o uso de um sistema significativo por certos grupos de nossa sociedade - a linguagem específica dos gestos utilizada pelas comunidades surdas.

Talvez por constituir o discurso de uma minoria, sua descrição tem-se restringido ao âmbito de pesquisadores da lingüística, empenhados em definir seu estatuto de língua e políticas lingüísticas para a educação de surdos.

Não é esse o propósito do presente ensaio, mas pode-se dizer que da leitura de textos variados em torno de tal tema, recluso a um círculo limitado e fortemente especializado, organizaram-se as idéias que ora direcionam estas reflexões. Elas fazem referência à leitura que o sujeito, designado "ouvinte" no âmbito da educação especial, faz do surdo, com base na qual se origina a polêmica em torno da questão de sua educação, de sua incapacidade ou não para o uso da língua e do estatuto do sistema semiótico de que se servem esses sujeitos para as interações comunicacionais.

Nesse caso, a diversidade sociocultural, apreendida no jogo da alteridade, está assentada na dicotomia natureza e cultura e na definição do outro pela sua incapacidade de comunicação. Definido pelo que não é, ou a quem faltam todos os atributos para o ato da fala, o sujeito surdo aparece para aquele que o observa como o "estado imperfeito de si

"mesmo" (emprestando a expressão de T Todorov), do que decorre, na maior parte das vezes, a contraditoriedade de efeitos passionais motivada pela sua presença, passando do desconforto à pena e culminando, não raras vezes, com a intolerância. Nesse sentimento de encontrar-se no outro, em seu estado primai - anterior à qualidade de falante, ainda não "sujeito" pela intervenção da língua - ou em sua consciência de ser limitado, evidenciam-se os paradoxos da condição humana, ou como afirma J. Fontanille, "esse inferno em que só podemos nos definir com relação ao outro, esse paraíso que nos liberta do peso do nosso próprio *ser-em-si*"(1998, p. 146).

Para além do domínio lingüístico, portanto, o antagonismo dos discursos remete à maneira como os sujeitos se constituem e são constituídos pela linguagem na interação (ou impossibilidade de convivência) em presença - jogo que está ancorado no presente caso, sem dúvida, no ponto de vista do ouvinte sobre o mundo dos surdos. A leitura que se faz dos textos sobre o assunto permite, desse modo, delinear alguns caminhos para o conhecimento do que parece ser enfim esse mundo, ou melhor, que mundo é esse, assim visto e "reagido" pelos falantes ouvintes.

Vários aspectos são abordados sobre a surdez na sociedade, relacionados com a competência para a comunicação, e portanto para a convivência social, que se desdobram em três grandes vertentes: 1) a discussão do problema relacionado ao domínio de um código gestual particular; 2) a posição dos ouvintes com respeito à voz humana e 3) o fator propriamente socializante nas relações intersubjetivas.

A competência para a comunicação tem sido tradicionalmente discutida, fora do âmbito da educação dos surdos, como um saber lingüístico de incorporação das estruturas de uma língua, de propriedade vocabular e adequação às circunstâncias da comunicação.

No caso de pessoas surdas, no entanto, a questão extrapola os limites da investigação lingüística, que evidentemente se interessa também por

tais aspectos no ensino de línguas orais para crianças não-ouvintes, e toca esferas mais ampas relativas à mediação do sentido nos vínculos humanos.

O problema da surdez na sociedade coloca em questão, originalmente, o conceito de silêncio, a gama de significações que ele desenca-deia e os limites de sua tolerância nos contatos humanos.

Extremamente conveniente ou exigido em algumas circunstâncias, cuidadosamente evitado em outras, o silêncio não é ausência, mas presença repleta de sentidos. Harmonizado aos intervalos da fala, ele impõe um ritmo necessário aos torneios das trocas comunicativas, colaborando para o preenchimento de orações incompletas ou para a completude de significações pragmáticas.

Na sua condição permanente, no entanto, fora das circunstâncias específicas que assim o exigem, o silêncio é constrangedor, intolerável no contexto das civilizações ocidentais modernas. A presença do outro implica troca comunicativa, compartilhamento de pensamento, ou a ilusão de transparência do pensamento.

A intervenção do silêncio faz a falta de simetria entre os interlocutores.

[...]

Quando se pensa o sujeito em relação com o silêncio, a opacidade do "Outro" se manifesta.

Assim, pensar o silêncio é pensar a solidão do sujeito em face dos sentidos, ou melhor, é pensara história solitária do sujeito em face dos sentidos. É por ai que se pode fazer intervir as "fissuras" que nos mostram efeitos de silêncio (ORLANDI, 1995, p. 50).

O silêncio completo impede, portanto, a transitividade lingüística do interior para o exterior, e na sua condição absoluta o preenchimento do

silêncio pelo sentido, mesmo aquele impregnado de ambigüidades e efeitos de sentidos. Trata-se para o interlocutor ouvinte da opacidade total, do que deriva a conclusão para a não-competência comunicativa do outro.

A competência para esse tipo de saber tem sido definida, no entanto, por referência à capacidade humana para o domínio de línguas orais, e não para a linguagem em geral.

Dentro desse quadro é que se inscreve a controvérsia sobre o reconhecimento e a importância de um código gestual particular utilizado pelas comunidades surdas, no âmbito de suas implicações pedagógicas.

O debate instituído nos meios educacionais sobre línguas orais e linguagens de gestos (línguas de sinais tal como se designam em geral) sustentou-se, desde sua origem, essencialmente na oposição natural *versus* convencional. Embora os avanços em pesquisa na área da linguagem de sinais tenha evoluído bastante, nas últimas décadas, em direção à descrição de suas estruturas, quando a polêmica se instala, a questão do natural e do artificial aflora, com os mais diferentes sentidos e axiologias.

Num primeiro momento, a aceitação da comunicação gestual decorre de sua possibilidade de integrar-se ao rol das chamadas línguas naturais; em seguida, constatado seu caráter convencional, de identificar na sua constituição as mesmas características atribuídas às línguas naturais, como a dupla articulação, a existência dos níveis morfossintático e semântico e de seu caráter universal.

No sistema de representações dos ouvintes, as comunidades surdas definem-se negativamente, no sentido de que é por oposição ao mundo da fala sonorizada que seu espaço está estabelecido na circulação de valores de troca discursiva. Essa definição, por ausência e não por presença distintiva, repousa sobre dois eixos temáticos na controvérsia entre gesto e fala: o tema do natural oposto ao artificial, ou da natureza em oposição à cultura, nos termos das categorias semióticas universais.

O natural, atributo da gestualidade para as práticas comunicativas, está associado ao primitivo ou ao animalesco, oposto ao domínio da sonoridade, apanágio do humano em sua condição de ser civilizado. Embora a polêmica em torno do assunto não seja unanimamente conduzida de forma esquemática, a axiologia para o natural pode ser invertida, passando o seu pólo a associar-se ao espontâneo ou ao original, o que de certo modo faz também recair nas armadilhas do esquemático.

Não é difícil concluir que a primeira axiologia do "natural" para o disfórico, quando relacionada aos gestos, é construída por tendências dominantes para o oralismo, que determinam a obrigatoriedade de o surdo aprender a falar apenas as línguas orais, com base na justificativa de sua integração no mundo dos ouvintes. Nesse contexto, inscrevem-se os lexemas "reabilitação", "deficiência", "déficit" e, da perspectiva das próprias entidades sociais de surdos, a expressão "surdos-mudos", que pressupõe a idéia de que, por não usar as línguas verbais, os surdos também não podem se comunicar.

A axiologia para o eufórico das linguagens gestuais provêm dos grupos que privilegiam a aquisição de uma primeira "língua", considerada natural para os surdos, como meio de expressão principal e etapa intermediária fundamental de aquisição do oralismo, com valorização e reconhecimento dos códigos de sinais por eles utilizados. Obviamente, tais inclinações inscrevem-se sobre um contínuo, pontuado por posturas mais ou menos radicais.

Ferdinand Saussure, em seu *Curso de Lingüística Geral*, já havia mencionado essa controvérsia sobre o gestual e o oral, considerando-a secundária diante da tarefa a que se impunha a Lingüística na fase de sua consolidação como área de conhecimento.

Incialmente, não está provado que a função da linguagem, tal como ela se manifesta quando falamos, seja inteiramente natural, isto é: que nosso aparelho vocal tenha sido feito para falar, assim como nossas

pernas para andar. Os lingüistas estão longe de concordar nesse ponto. Assim, para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas.

Sem dúvida, essa tese é demasiado absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos; além disso, Whitney vai longe demais quando diz que nossa escolha recaiu por acaso nos órgãos vocais; de certo modo, já nos haviam sido impostas pela Natureza. No ponto essencial, porém, o lingüista norte-americano nos parece ter razão; a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem (SAUSSURE, 1975, p. 17-8).

Mas essa preocupação tem pautado, desde o século XVIII até nossos dias, os debates em torno da aceitação da linguagem de gestos e provocado polêmicas acirradas no âmbito educacional. É, portanto, no campo da língua que a discussão tem se estabelecido, uma vez que o problema reside na outorga ou não de seu estatuto de língua.

Para os adeptos das linguagens de sinais, elas são naturais às pessoas desprovidas de capacidade auditiva. Mas ao longo dos séculos os argumentos favoráveis a tal postura têm variado, assim como as soluções que preconizam para a metodologia de educação de crianças surdas.

Essa dissonância é relatada e analisada por meio de pródigos exemplos no livro de Michel Poizat, *La voix sourde*.

De acordo com seu levantamento, a mesma qualificação atribuída às linguagens de sinais determina orientações distintas: assim, por serem naturais, devem ser valorizadas e estudadas, garantindo as bases cognitivo-lingüísticas para a aquisição de uma segunda língua oral (Abade de L'Epée e seguidores); biologicamente naturais, devem servir de exemplo às línguas orais (Sachs); naturais na origem, passam a ser obstáculos uma vez tornadas convencionais (Fornari).

A sustentação de Fornari, no Congresso de Milão de 1 881, exposta por Poizat (1996, p. 86), é ilustrativa dessa última posição. Para ele, as línguas de sinais são na sua origem, enquanto manifestações mímicas, naturais, tornando-se ao longo do tempo, num processo similar ao das línguas faladas, signos convencionais. Adaptadas à "natureza defeituosa" e "próprias a todas as suas necessidades materiais", na concepção de Fornari, elas se apresentam limitadas no domínio da expressão espiritual ou moral, chegando mesmo a ser "um obstáculo" que convém eliminar para a aprendizagem das línguas orais.

A esse respeito comenta finamente Poizat:

Dans l'argumentaire oraliste déroulé au congrès de Milan, cette critique de la nocivité supposée des signes conventionnels va s'étayer sur l'affirmation répétée du caractère naturel de la parole. Exact retournement de la réflexion de Berthier qui affirmait en 1853 que la langue des gestes fonctionnait au plus près du naturel de l'esprit humain au contraire des langues orales qu'il qualifiait d'artificielles 'et donc il dénonçait' les lois capricieuses (1996, p. 87).

Para os opositores ao uso da linguagem de gestos, estas são ou artificiais ou identificadas pelo traço semântico "primitivismo", tomado em sua axiologia disfórica, mas servindo também, paradoxalmente, aos

discursos de certos gestualistas que concebem primitivo no sentido de "uma anterioridade mítica da linguagem mímica" (Poizat, 1996, p. 81).

No lastro desse debate secular é facilmente observável que os conceitos natural/artificial podem atender a propósitos diversos, para justificar ou injustificar posições divergentes, e que, uma vez atribuído um dos pólos dessa categoria à linguagem de sinais, ele terá apreciações positivas ou negativas, conforme o ponto de vista de seu defensor/ opositor.

Esses paradoxos evidenciam as armadilhas da língua em seu desdobramento metalingüístico, mas demonstram igualmente que os debates se desenvolvem antes no terreno ideológico do que no plano científico propriamente dito. Do ponto de vista semiótico, fica patente a dificuldade de se pensar os processos comunicativos fora dos parâmetros de base lingüística e de uma perspectiva que não seja aquela do falante-ouvinte no seu modo de observar o outro.

Não há dúvida de que as tentativas de definição da especificidade das línguas orais, em contraposição aos outros sistemas de signos, têm causado inúmeras dificuldades aos lingüistas. Como bem observa Silva Aurox, "la conception de la spécificité du langage humain est donc souvent tributaire, chez les linguistes, des propriétés que leurs théories privilégient" (1996, p. 32).

E com muita agudeza, Greimas chama a atenção para o fato de que:

Os critérios intrínsecos que permitem distinguir uma língua de um dialeto freqüentemente não têm coerença e variam de um para outro caso: uma língua natural (cuja definição aplica-se também aos "dialetos") não é elevada à dignidade de "língua" a não ser em consequência de um "sentimento lingüístico próprio" à comunidade (1989, p. 259 - Verbete Língua).

Não é nosso propósito validar uma ou outra posição, mas mostrar que elas encobrem a condição paradoxal do homem na tentativa de definir sua própria identidade e todos os atributos do humano, com as derivações que esse conceito possa ter na definição do tênuo limite que distingue a "normalidade" da "anormalidade"

A confrontação entre uma axiologia coletiva, que expulsa para fora de seu espaço social as marcas da diferença (simbólica ou pragmaticamente), e a axiologia de grupos fechados, em certo sentido assimiláveis à ordem da individualidade conforme uma visão do sujeito observador, se efetiva com base numa norma do "natural", em relação à qual todas as outras manifestações se enquadram no rol das exceções. Essa norma determina o "ser" das coisas, das pessoas e das relações intersubjetivas ("as coisas são como são") e se estabelece como ponto de referência para a categorização de diversas modalidades instaladas em esquemas gradativos que vão do "dever e poder ser" e suas implicações (limites da possibilidade, da admissibilidade, da tolerância) ao "não dever e não poder ser" (do âmbito do interdito, do segregativo).

A polêmica suscitada em torno do tema em questão, sob a forma que assumiu em inúmeros discursos no decorrer dos séculos, é a expressão manifesta, portanto, de um jogo inscrito em outro nível de análise, o das relações intersubjetivas e da tolerância de suas diferenças. Em suma, trata-se do problema da alteridade relacionado à circulação de valores semióticos e à garantia de transitividade do(s) sentido(s) nos elos humanos.

Como bem ressaltou Greimas, com base nos postulados da antropologia estrutural, "a natureza não pode ser nunca uma espécie de dado primeiro, original, anterior ao homem, mas uma natureza já 'culturalizada', enformada pela cultura" Na tentativa de dotar a linguagem de gestos do traço natural ou convencional, segundo valorizações distintas, o debate permite constatar o percurso inverso do homem na busca incessante de separar da cultura o que é da natureza, sem perceber o caráter culturalizado do seu empreendimento.

Nesse sentido, vale retomar as conclusões de Edward Hall, em *La Dimensión Cochée*:

*La culture est en majeure partie une réalité cochée
qui échappe à notre contrôle et constitue la trame de
l'existence humaine.*

[...]

*Et en définitive, la question se pose de savoir combien
de temps l'homme pourra continuer d'ignorer sa
dimensión propre* (1971, p. 231-2).

Marcada por uma perspectiva vertical, a abordagem da oposição natural/cultural, no presente caso, divide-se entre os pólos da superioridade ou da inferioridade. Observa-se uma tendência, seja à depreciação do humano, seja à apologia do cultural, e, nesse segundo sentido, a retirar do grupo "humano" tudo o que não se enquadre nos comportamentos e valores coletivos, supostamente tomados como referência da verdade absoluta. Daí o processo de metaforização do mundo animal que se reflete figurativamente na caracterização de certos seres humanos, e que tem como pressupostos os princípios da diferença entre humanidade/animalidade e superioridade/inferioridade.

Assim como alguns discursos sobre a linguagem de sinais instauram sua associação com a linguagem de animais, reações e comentários à voz dos surdos incorporam igualmente essa qualificação.

Com respeito à sua voz, algumas articulações se estabelecem. Mantendo os mesmos pressupostos do natural/artificial presentes no debate sobre linguagem de gestos e fala, os discursos sobre a voz do surdo alternam-se na referência aos poucos ou muito oralizados e em sua oposição com as modalidades aceitáveis da "voz humana". Assim, aos pouco oralizados atribui-se o traço animalesco, aos oralizados, um certo

artificialismo e automatismo ("voz morta"), também presente em alguns animais, como é o caso dos papagaios.

Qualquer que seja o grau de avanço da "domesticação" da voz, no entanto, ela se opõe ao caráter melodioso da voz "natural", ou seja, dos não surdos.

Também na obra de Michel Poizat, *La voix sourde*, são apontados diversos exemplos em que a voz do surdo oralizado é comentada, com apreciações negativas que demonstram o desconforto do ouvinte na presença de um interlocutor surdo. Em todos eles, como observa o autor, "la comparaison entre le sourd et l'animal est un leitmotiv du discours sur le sourd" (Poyat, 1996), havendo mesmo uma vertente que caracteriza o imaginário medieval que a associa, juntamente aos gestos, com o diabólico.

Dois exemplos, extraídos dessa obra, são ilustrativos para o presente trabalho. O relato de um milagre de "St. Bertin", em que um mendigo surdo-mudo é acolhido no monastério onde fazia retiro:

Le sourd-muet [...] guéri de sa surdité pendant l'office se prend à imiter la voix des psalmodiants en blatérant (blaterando) alors que s'était installé un quasi silence [...]. Frappé par cet insolitum horrendumque sonum (ce son étrange et terrifiant) les moines ordonnent à l'économie de chercher d'où vient ce bruit et de le faire cesser (De Saint-Loup, Les Voies du sourd-muet dans l'Occident médiéval, apud Poizat, 1996, p. 45).

Outro, o testemunho de um professor surdo de Montpellier: "Plus que ma surdité, j'ai toujours ressenti ma voix comme une matérialisation phénoménale de ce que la société qualifie d'anormal" (Actes du VIII Colloque A.R.I.E.D.A. Voix et surdité, Montpellier, 1992, apud Poizat, p. 48).

É curioso que no imaginário configurado nos textos ou nos discursos de pessoas entrevistadas por Poizat, a voz do surdo está reiteradamente associada ao traço "rouquidão", característica questionada pelos ortofonistas que não vêem nenhuma semelhança entre as marcas acústicas da voz rouca e a voz identificada como sendo peculiar aos surdos. O tema parece ser tratado, portanto, para além das condições que lhe são próprias, no âmbito de uma estereotipia que torna homogênea a "voz do surdo" em contraposição a um protótipo da voz humana.

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que componentes extra-lingüísticos, até então omitidos ou considerados secundários no âmbito das explorações lingüísticas, tornam-se não só relevantes como direcionam opções educacionais, na história da educação de surdos, para o gestualismo ou para o oralismo (assim como o suporte gestual de materialização de uma língua).

Constata-se, então, que a relação estabelecida entre os sujeitos e as formas simbólicas passam pela mediação de suas substâncias de expressão, fortemente impregnadas pela cultura.

Apesar de truismo, pois são fatores dessa ordem que intervém, com toda evidência, nos preconceitos relacionados à indumentária, aos adornos, aos modos de habitação, ao sotaque etc., essa afirmação pretende pôr em destaque o caráter ideológico do terreno em que se movem tais debates, quando instituídos para a definição de políticas lingüísticas.

As políticas lingüísticas, assim como as práticas comunicacionais, não se orientam obviamente apenas por critérios ou fatores lingüísticos, sejam eles verbais ou não-verbais, mas sofrem as injunções (ao mesmo tempo que os direcionam) dos valores ideológicos, determinados pela estrutura social.

Nesse sentido, a configuração da identidade/alteridade está sempre subjacente à dinâmica das relações interpessoais, seja na práxis comunicacional, seja no domínio multiforme dos vínculos culturais e sociais.

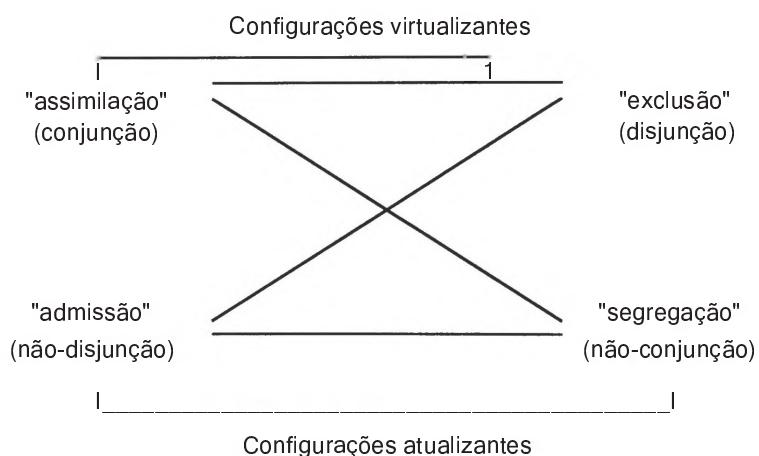
A respeito da alteridade social, E. Landowski (1991, p. 99-113) efetiva uma análise dos "grandes princípios reguladores da relação" Eu-Nós/Eles, procedendo ao investimento no quadrado semiótico de suas figuras limites.

Sua abordagem é, de diversos pontos de vista, útil para este trabalho, sobretudo porque permite não só uma leitura do ouvinte em relação ao surdo, mas, como esquema especular, uma pressuposição da perspectiva do surdo que se sente visto e ouvido numa comunidade de ouvintes.

Partindo de figuras opositivas no âmbito das configurações "virtualizantes", o autor coloca no lado da conjunção as figuras da "assimilação" do Eles e, do lado da disjunção, como recusa de todo elemento estranho ou estrangeiro ao Eu-Nós, as figuras da "exclusão"

Apreendidas em suas relações de contraditoriedade, essas figuras podem desencadear percursos sintáticos para um tipo não-conjuntivo de vínculos Nós/Eles, denominado "segregação", e a negação do pólo disjuntivo da "exclusão" pelo estabelecimento da "admissão"

Representados no quadrado semiótico, esses percursos podem ser assim organizados:



O pólo denominado de "assimilação" representa o enfoque do outro como um sujeito diferente, que pode ser aceito no seio de uma comunidade desde que assimilando os valores coletivos (entenda-se hegemônicos). A "segregação" consiste numa aceitação aparente do outro, desde que as divergências culturais e as fronteiras espaciais sejam rigorosamente observadas para a "harmonia da convivência". No pólo da "exclusão" integram-se todos os comportamentos que se recusam a reconhecer no outro a expressão da diferença, e que assumem, em consequência, uma perspectiva vertical ostensiva, orientando-se da superioridade do eu para a inferioridade do outro (V. a obra de T. Todorov, *Nous et les autres*). A "admissão" consiste, enfim, na valorização do outro pelos seus aspectos positivos, naquilo que, em sua similitude com o Nós, possa trazer de bom para a convivência social, reconhecendo-o porém sempre na sua *étrangeté*.

Se a "segregação" pressupõe, de um lado, o afastamento da parte maldita do Nós, do que é estranho ao eu na sua própria frágil condição humana, a "admissão" implica, em contrapartida, o movimento de aproximação do outro para o espaço representado pelo Eu-Nós.

Aplicando esse esquema aos diversos pontos de vista sobre a comunicação dos surdos, e retendo somente as posições extremas apontadas neste ensaio, observa-se que os pressupostos da oralização apontam a passagem da dêixis "exclusão" "segregação"(a localização em um ou outro pólo depende do grau de tolerância manifestado pela sociedade em cada momento sócio-histórico) para o seu oposto "assimilação"- "admissão", uma vez que, sendo oralizados, assimilam os valores do Nós e, ainda que oralizados, conservam as marcas de sua estranheza, expressas principalmente pela voz.

Com respeito ao uso da linguagem de sinais, por mais bem intencionados que sejam aqueles que o preconizam, verifica-se uma orientação da dêixis da "exclusão" "segregação" para a "admissão" dos surdos no mesmo espaço dos ouvintes, pois a coexistência aparece, nesse caso, delimitada pela presença de certos grupos fechados.

Esses percursos comportam várias especificidades, conforme se viu anteriormente, que estão condicionadas ao grau de oralidade, à articulação da voz, à pertinência do uso do código gestual ,ao grau de aceitação desse sistema de signos e, enfim, ao seu conhecimento e intercâmbio lingüístico nas estruturas sociais.

Como o jogo da alteridade pressupõe a problemática da identidade, como uma de suas manifestações, focalizada do ponto de vista do sujeito que se sente categorizado por outro num dos ângulos do quadrado, o esquema da Landowski pode ser visto, "projetado em espelho", representando a posição assumida pelo surdo diante da sociedade.

Assim, a exigência da "assimilação" teria como correlata a atitude desejada (querer ser) de busca do saber oral ou da "imitação", na perspectiva dos que falam de uma fala "morta", "automática"; a exclusão e a "segregação" originariam duas reações gerais, seja a assunção de uma certa inferioridade, seja a da diferença marcada. A "admissão" não determinaria em essência a afirmação da diferença, mas a sensação de seus efeitos, se bem que a contingência de integração dos surdos na comunidade dos ouvintes possa acabar determinando uma práxis destinada a marcar a especificidade. Veja-se o discurso de uma organização atual de surdos contra o uso de certos tipos de próteses:

Mère nature a refusé de nous doter d'un système d'écoute mais elle nous a offert, en contrepartie, la possibilité de communiquer autrement. Une autre façon d'écouter avec nos yeux et de parler avec nos mains. Nous acceptons naturellement ce cadeau tandis qu'on nous demande de le refuser pour rêver à l'impossible (Organização "Surdos em Cólera", novembro 1993, apud Poizat, 1996, p. 77).

No mesmo plano de contestação, incluem-se as manifestações em cartazes ou panfletos, divulgados por algumas associações de surdos

brasileiros, que se opõem ao determinativo "mudo" associado a "surdo", e à denominação "deficiente auditivo", como forma de eufemização demagógica do designativo "surdo"

Em suma, aplicado ao tema da "sociedade face à surdez" ou "do surdo face à sociedade de ouvintes", o investimento semiótico das diferenças humanas sempre se deixa refletir na trama discursiva, evidenciando os diferentes valores da alteridade presentes no jogo de imagens recíprocas que cada um faz de si e do outro, e condicionados ao contexto sócio-histórico de que participam.

Como tal determinação nunca se revela explicitamente, uma vez que são vários os mecanismos discursivos de tradução de nossa experiência na realidade, e nem sempre conscientes, o debate em torno da linguagem dos surdos ampara-se em categorias extraídas da ciência lingüística permeadas pelos filtros da estereotipia social.

Bibliografia

- AIMARD, P & MORGON, A. 1996. *L'enfant sourd*. Paris: Presses Universitaires de France.
- AUROUX, S. 1996. *La philosophie du langage*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FONTANILLE, J. 1998. Présences de l'autre. *Essais de socio-sémiotique II. Nexos: Revista de Estudos de Comunicação e Educação*. São Paulo: Terra, II, 3 (resenha do livro de E. Landowski).
- GREIMAS, A. J. & COURTÈS, J. 1989. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix.
- HALL, E. 1971 *La dimension cachée*. Paris: Editions du Seuil.
- JOUISON, P. 1995. *Ecrits sur la langue des signes française*. Paris: Editions L'Harmattan.
- LANDOWSKI, E. 1991 Eux et nous: notes pour une approche sémiotique

- de quelques figures de l'altérité sociale, /n: *Fremde der Gesellschaft : historische und sozialwissenschaftliche Untersuchungen zur Differenzierung von Normalität und Fremdheit.* Frankfurt: Klostermann.
- MOURA, M. C. et al. 1993. *Língua de sinais e educação do surdo.* São Paulo: Tee Art (Série de Neuropsicologia, v. 3).
- ORLANDI, E. P. 1995. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.* Campinas, Editora da UNICAMP.
- POIZAT, M. 1996. *La voix sourde. La société face à la surdité.* Paris: Editions Métailié.
- SAUSSURE, F. 1975. *Curso de lingüística geral.* São Paulo: Cultrix.
- TODOROV, T. 1989. *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine.* Paris: Seuil.